



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**Ficha de unidade curricular  
Ano académico 2015/2016**

**Curso de Licenciatura**

**Contencioso da União Europeia – 4.º ano – Noite  
(Unidade Curricular Optativa – 2.º semestre)**

**Tema: O Contencioso da União Europeia pós-Tratado de Lisboa e perspectivas de evolução**

Unidade curricular

Contencioso da União Europeia – 1.º Ciclo – Licenciatura – Unidade curricular optativa – 4.º ano – 2.º Semestre – Noite

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Maria José Rangel de Mesquita (2 horas semanais)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Colaborador: Marco Caldeira (2 horas semanais)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à temática do sistema jurisdicional da União Europeia e sua relação com os sistemas de justiça internacional relevantes;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais meios contenciosos da Ordem Jurídica da União Europeia com vista à sua utilização prática.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica dos elementos estruturantes do sistema jurisdicional da Ordem Jurídica da União Europeia;
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a configuração e evolução do sistema jurisdicional da Ordem Jurídica da União Europeia;
- a compreensão crítica da relação entre o sistema jurisdicional da União Europeia e outros sistemas de Justiça Internacional em que a União Europeia participa (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários dos meios contenciosos da União Europeia em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, incluindo na sua relação com outros sistemas de Justiça Internacional.

Conteúdos programáticos



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

1. O contencioso da União Europeia à luz do Tratado de Lisboa
  - 1.1 Noção e objeto do contencioso da União Europeia
  - 1.2 A reconfiguração da União Europeia decorrente do Tratado de Lisboa e a sua repercussão sobre o contencioso da União Europeia
  - 1.3 Configuração do contencioso da União Europeia à luz do Tratado de Lisboa: traços estruturantes e princípios fundamentais
2. As bases jurídicas do contencioso da União Europeia:
  - 2.1 O Direito originário
  - 2.2. O direito derivado
  - 2.3 Outros actos.
3. O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) após o Tratado de Lisboa: caracterização geral
  - 3.1 Jurisdição e competência
  - 3.2 O Tribunal de Justiça
  - 3.3 O Tribunal Geral
  - 3.4 Os Tribunais especializados – o Tribunal da Função Pública da União Europeia (composição, estatuto, organização e funcionamento)
4. A competência *ratione materiae* do TJUE e os domínios materiais abrangidos nas atribuições da União
  - 4.1 Enquadramento
  - 4.2 As disposições relevantes
  - 4.3 A competência *ratione materiae* do TJUE: domínios materiais e evolução à luz do Tratado de Lisboa
5. Os meios contenciosos no Tribunal de Justiça da União Europeia
  - 5.1 Enunciado e caracterização geral
  - 5.2 Aspectos gerais
  - 5.3 O regime dos meios contenciosos principais e incidentais: traços fundamentais
    - 5.3.1 O processo das questões prejudiciais
    - 5.3.2. A fiscalização da legalidade
      - 5.3.2.1 O recurso de anulação
      - 5.3.2.2 O processo por omissão
      - 5.3.2.3 A exceção de ilegalidade
    - 5.3.3 A plena jurisdição
      - 5.3.3.1 O processo por incumprimento
      - 5.3.3.2 A ação de responsabilidade civil extracontratual da União Europeia
      - 5.3.3.3 Responsabilidade civil extracontratual da União Europeia e responsabilidade civil extracontratual dos Estados membros
    - 5.3.4 O contencioso das sanções
    - 5.3.5 As providências cautelares
      - 5.3.5.1 As providências cautelares decretadas pelo TJUE
      - 5.3.5.2 As providências cautelares decretadas por tribunais nacionais
  - 5.4 Regimes diferenciados dos meios contenciosos principais
6. A repartição de competência entre os Tribunais da União Europeia
  - 6.1 Os critérios relevantes
  - 6.2 Hierarquia e recursos entre os Tribunais da União Europeia
7. O processo no Tribunal de Justiça da União Europeia
  - 7.1 Aspectos gerais: fase escrita e fase oral
  - 7.2 Tramitações processuais diferenciadas
  - 7.3 As sentenças e a sua execução
8. A relação entre o contencioso da União Europeia e as Ordens Jurídicas nacionais: aspetos gerais
9. O contencioso da União Europeia e a Ordem Jurídica portuguesa
  - 9.1 O papel do juiz nacional e a colocação de questões prejudiciais
  - 9.2 Ação por incumprimento e responsabilidade
  - 9.3 A relevância das decisões do TJUE na Ordem Jurídica interna e o recurso extraordinário de revisão
10. O contencioso da União Europeia e a Justiça Internacional universal e regional
  - 10.1 Justiça Internacional universal: breve excursão
  - 10.2 Justiça internacional regional: a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Parecer 2/2013 do TJUE
  - 10.3 Outros



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais do sistema jurisdicional da União Europeia e sua relação com outros sistemas de Justiça Internacional contemporâneos relevantes para a União Europeia, numa tripla perspectiva: a perspectiva dos seus elementos estruturantes (vertente material e processual), a perspectiva de cada um dos meios contenciosos e respectiva articulação e a perspectiva do seu relacionamento com as ordens jurídicas internas, por um lado, e com outros sistemas de justiça internacional (universal e regional), por outro – tendo em conta o presente e as perspectivas de evolução em termos de sistemas jurisdicionais multinível.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa a cada ponto dos conteúdos programáticos; a elaboração de simulações (peças processuais no quadro dos principais meios contenciosos da União Europeia) – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação por parte dos alunos; a resolução de casos práticos relativos aos diversos meios contenciosos.

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, elaboração de simulações – peças processuais; resolução de casos práticos); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com os interesses individuais dos alunos (com entrega prévia de plano de trabalho para discussão)

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à temática do sistema jurisdicional da União Europeia e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários meios contenciosos e da relação daquele sistema com as ordens jurídicas nacionais e com outros sistemas de Justiça Internacional.

A análise e o comentário crítico da jurisprudência relevante, bem como a elaboração de simulações (sob a forma de peças processuais) e a resolução de casos práticos permitem, em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização (e articulação) face a um litígio concreto e, ainda, do modo de articulação entre os níveis de garantia jurisdicional nacional e transnacional europeu.

#### Bibliografia principal

##### Em língua portuguesa:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*, Coimbra, Almedina, 2013

FAUSTO DE QUADROS/ANA MARIA GUERRA MARTINS, *Contencioso da União Europeia*, 2.<sup>a</sup> ed. (reimpr.), Coimbra, Almedina, 2009

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *A União Europeia após o Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2010 (II, § 9 e § 10)

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011 (§ 10, 10.1.5. e § 24)

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa*, in AAVV, *O Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 71-94



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *O Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas e o Direito da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2009

MARIA LUÍSA DUARTE, *Direito Comunitário II, Contencioso Comunitário. Programa, conteúdos e métodos do ensino teórico e prático*, Cascais, Principia, 2003

JOÃO MOTA DE CAMPOS/A. PINTO PEREIRA/ J.L. MOTA CAMPOS, *o Direito processual da União Europeia*, 2.ª ed., Lisboa, FCG, 2014

Em língua estrangeira:

MELCHIOR WATHELET (avec collaboration de J. WILDEMEERSCH), *Contentieux européen*, 2.ª ed., Bruxelles, Larcier, 2014

DENYS SIMON (dir.), *Contentieux de l'Union européenne / 1*, Paris, Lamy, 2010

JEAN BOULOUIS/MARCO DARMON/JEAN-GUY HUGLO, *Contentieux communautaire*, 2.ª ed, Paris, Dalloz, 2001

MAURICE CHRISTIAN BERGERÈS, *Contentieux communautaire*, 2.ª ed, Paris, PUF, 1998

KOEN LENAERTS/IGNACE MASELIS/K. GUTMAN, *EU Procedural Law*, Oxford, University Press, 2014 (Paperback ed., 2015)

HENRI G. SCHERMERS/DENIS F. WAELBROECK, *Judicial Protection in the European Communities*, 6.ª ed., The Hague, Kluwer Law International, 2001

RENÈ BARENTS, *The Court of Justice after the Treaty of Lisbon*, CMLR, 47, 2010, pp. 709-728

Bibliografia complementar: consultar a página da unidade curricular na Plataforma

Bibliografia complementar e outros elementos de estudo relevantes (Tratados, direito derivado, outros documentos, jurisprudência e *sites* para investigação; simulações e exercícios práticos):  
consultar a página da unidade curricular na Plataforma E-Learning da UL